

Max adia para agosto de 88 conclusão da 3ª Ponte

Foto de Chico Guedes

Ao chegar ontem de Brasília, o governador Max Mauro anunciou que a conclusão da Terceira Ponte — incluindo o fechamento do vão central e os acessos por Vitória e Vila Velha — só deverá ocorrer em meados de agosto de 1988 e, para isto, é necessária a liberação de Cz\$ 1,5 bilhão por parte do Governo Federal. Ele reivindicou ao ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira — que poderá vir ao Estado no próximo dia 21, para discutir melhor a questão da federalização da ponte —, a transferência para a União da dívida do Espírito Santo, de Cz\$ 300 milhões aproximadamente, junto ao BNDES e Finame e a liberação parcelada de mais Cz\$ 1,2 a Cz\$ 1,3 bilhão para que as obras possam ser terminadas.

De acordo com o governador, é necessária uma complementação, este ano, em torno de Cz\$ 300 a Cz\$ 400 milhões para que seja quitada parte dos débitos e para que tenha prosseguimento o fechamento do vão central da Terceira Ponte. “Insistimos em nosso pleito anterior, de que a União assumira totalmente a responsabilidade de concluir esta obra, e acreditamos que uma verba de Cz\$ 1,2 a Cz\$ 1,3 bilhão possa ser incluída no orçamento do Governo federal de 1988”, acentuou, acrescentando que a liberação parcelada dos recursos necessários ao término da ponte é a melhor solução, “pois o país está com dificuldades de déficit público e não poderia fazer, de uma única vez, um desembolso muito grande”.

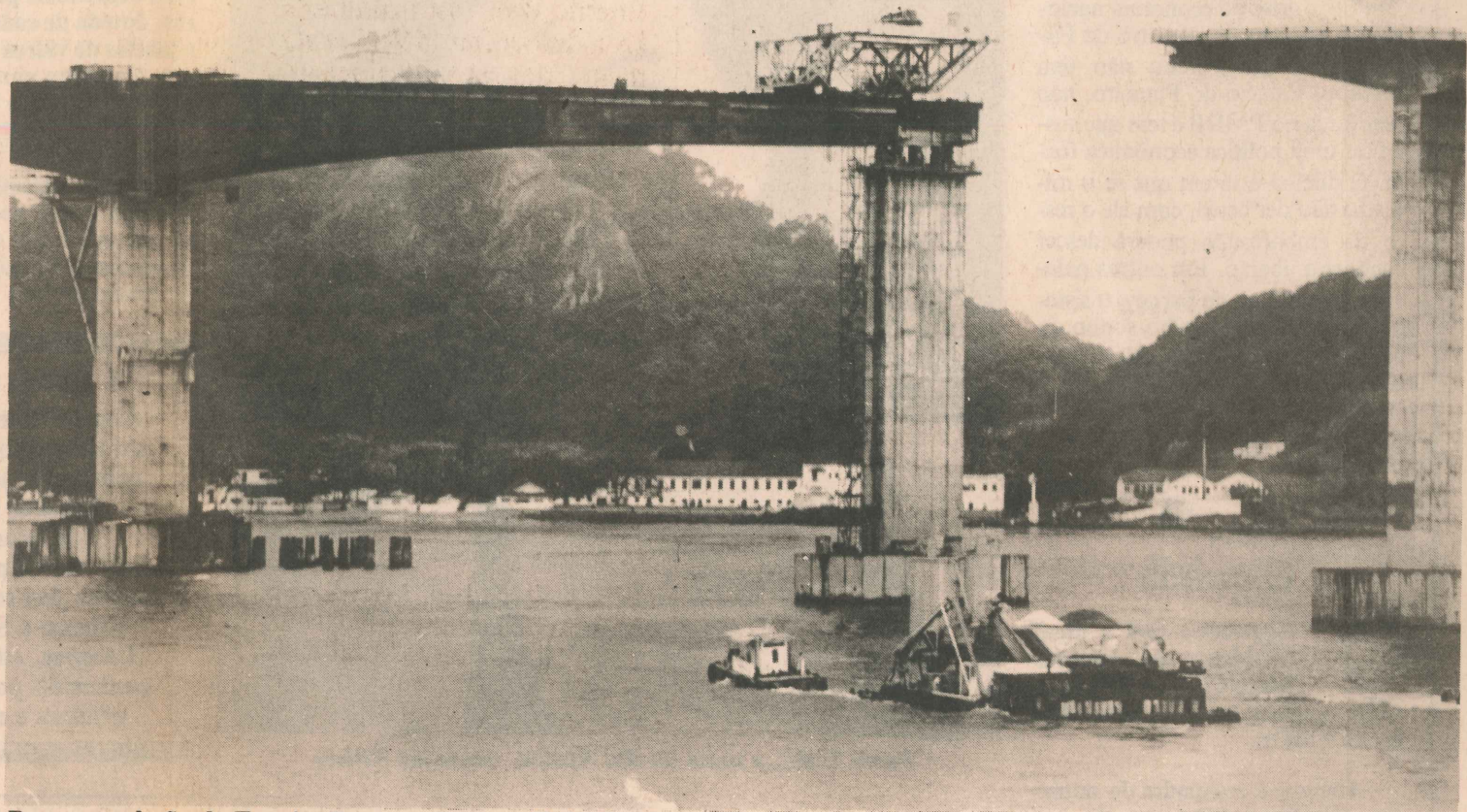
Com relação ao convênio assinado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de Cz\$ 2,5 bilhões, visando a construção de 4 mil casas no Espírito Santo, Max Mauro disse que não estão definidas quais as prioridades neste sentido, porque será ainda elaborado o projeto de construção. Para isto, serão promovidas reuniões com os prefeitos do interior do Estado e da Grande Vitória, para conhecimento das áreas disponíveis a abrigarem os conjuntos residenciais, destinados a famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos.

Segundo o governador, o mais importante é que os recursos para a construção

das 4 mil moradias já foram garantidos e que o agente financeiro deverá ser a Banestes Crédito Imobiliário (BCI), porque a Cohab está com uma inadimplência muito alta. Além disto, Max Mauro reiterou o pedido, junto à CEF, de que sejam liberados Cz\$ 500 milhões, visando a construção de casas populares para atender à população com renda familiar de até 3 salários mínimos. “Embora não tenhamos obtido resposta positiva neste sentido, acredito que seremos atendidos pela Caixa”, afirmou.

Ainda com a CEF e o Ministério do Desenvolvimento Urbano, o governador discutiu o problema das 15 mil pessoas que invadiram cerca de 3 mil casas do conjunto habitacional Serra III. Conforme disse, a Caixa enviará técnicos ao Espírito Santo para analisar o problema, pois a construtora Marajá, responsável pelo empreendimento, está com um processo de falência na 7ª Vara do Rio de Janeiro, há mais de quatro anos, e o Estado está impossibilitado de desapropriar a área. “Estamos pensando em outra solução jurídica para a questão e dependemos também de recursos para concluir as obras de infra-estrutura e das unidades”, acentuou Max Mauro, lembrando que o Governo estadual está realizando um levantamento sócio-econômico dos invasores, para que seja viabilizada uma definição para aqueles que realmente necessitem permanecer no local.

Em sua viagem a Brasília, Max Mauro assinou também um termo de compromisso com o Ministério dos Transportes, através do qual a União se possibilitará o reinício das obras da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, investindo, no curso deste ano, Cz\$ 130 milhões. De acordo com o governador, a liberação deste total depende ainda da aprovação do Congresso Nacional. “O Estado não tem mais condições de dar a contrapartida para a realização deste empreendimento, conforme foi firmado anteriormente durante o Governo Camata, porque não dispomos de recursos, mas continuaremos administrando a sua construção, já que ela foi licitada pelo Espírito Santo”, ressaltou.



Para a conclusão da Terceira Ponte, o Governo Federal teria que liberar verba de Cz\$ 1,5 bilhão para o Estado